



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000

TELEFAX: (31) 3873-5138

---

## LEI Nº 778/2011

### ***Institui o Programa de Regularização Fundiária no Município de Caputira, e dá outras providências.***

O Povo do Município de Caputira, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal em seu nome sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Os parcelamentos irregulares do solo para fins urbanos, existentes no Município de Caputira, poderão ser objeto de regularização fundiária de interesse social ou específico, desde que obedecidos os critérios fixados nas Leis Federais 11.977/2009, 10.257/2001 e 8.666/1993 combinado com as legislações estaduais e municipais no que couber, bem como os regulamentos editados pelo Executivo Municipal.

**Art. 2º** - Para regularização fundiária de interesse social ou específico, o Poder Executivo procederá a regularização dos assentamentos irregulares e a titulação de seus ocupantes, de modo a garantir direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

**Art. 3º** - O Poder Executivo Municipal poderá proceder a transmissão da propriedade em caráter não oneroso, às famílias cuja renda per-capta não exceda a R\$ 100,00 (cem reais), ocupantes de imóveis pertencentes ao município que seja objeto de regularização fundiária, bem como emitir e/ou assinar título necessário ao ato.

**Art. 4º** - O Poder Executivo Municipal poderá emitir título de legitimação de posse para ocupantes de imóveis pertencentes ao município ou para imóveis pertencentes a terceiros que sejam objeto de regularização fundiária.

**Art. 5º** - Os loteamentos forçados e demais assentamentos irregulares realizados em imóveis de particulares, poderão ser objeto de doação ao Município, ficando município autorizado a receber tais imóveis em doação para os fins que especificam esta lei.

**Art. 6º** - O Poder Executivo Municipal poderá criar Preço Público para custeio das despesas com o Programa de Regularização Fundiária, no que se refere à individualização e titularização do imóvel, caso o município não obtenha recursos para financiamento integral ou parcial do projeto.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000

TELEFAX: (31) 3873-5138

**Art. 7º** - Para os assentamentos consolidados anteriormente à publicação da Lei 11.977/2009, fica autorizado a redução do percentual de áreas destinadas ao uso público e da área mínima dos lotes definidos na legislação de parcelamento do solo urbano.

**Art. 8º** - O Poder Executivo Municipal poderá celebrar contratos e convênios com instituições, empresas e pessoas físicas que desempenham atividades necessárias ao objeto de regularização fundiária.

**Art. 9º** - Fica criada a Comissão de Apoio ao Programa de Regularização Fundiária, cuja composição, competência e atuação serão objeto de regulamento próprio.

**Art. 10** – Para fazer face às despesas resultantes da aplicação da presente lei, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente ou da abertura de crédito especial.

**Art. 11** - O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar por decreto ou portaria no que couber, todos os atos necessários à implementação do Programa de Regularização Fundiária.

**Art. 12** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 13** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Caputira(MG),  
22 de agosto de 21011.

**SEBASTIÃO MAGESTE**  
Prefeito Municipal

